



# XIV ANPED-CO

## XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3461 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)  
GT 11 - Política de Educação Superior

Educação Superior e Autoavaliação de Cursos de Graduação: uma revisão sistemática da produção *stricto sensu* no Brasil (2004 a 2018)

Elizaine Bagatelli Okde - UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

Cristiano Maciel - UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

Agência e/ou Instituição Financiadora: Nenhuma

Este trabalho apresenta o resultado de uma revisão sistemática das produções *stricto sensu* de Instituições de Ensino Superior Brasileiras sobre a temática da autoavaliação na educação superior, no período de 2004 a 2018. A base de dados utilizada foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT). A revisão sistemática faz parte da fase exploratória de uma pesquisa de doutorado em andamento.

### **Palavras-chave:**

Educação Superior. Autoavaliação. Revisão Sistemática

## **1. INTRODUÇÃO**

A avaliação institucional das Universidades, instituída pela Lei nº 10.861, de 14/04/2004 (BRASIL, 2004), que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), é tema em discussão no Brasil há alguns anos. Reconhecida como uma necessidade por alguns setores, ainda encontra uma grande resistência pela adesão por parte de outros segmentos que compõem as Instituições Públicas de Ensino Superior.

O SINAES foi instituído com a finalidade de melhorar a qualidade da educação superior no país, a orientar a expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004). Com o SINAES a avaliação institucional se torna exigência legal e, portanto, obrigatória nas Instituições Públicas de Ensino Superior (BAGATELLI et al., 2017b).

A autoavaliação no âmbito da Educação Superior não é um tema recente no país. Ela surge no cenário das instituições de ensino superior no final da década de 1970, quando a Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) inicia a prática de avaliação do ensino de pós-graduação. Em meados da década de 1990, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996) deu o *start* para a avaliação no âmbito do ensino superior. Na LDB, a Educação Superior está regulamentada ao longo dos artigos 43 a 57, entre os quais se encontra o termo “avaliação” seis vezes, sendo que quatro deles se refere à avaliação como indutora de ações planejadas para a melhoria do desempenho institucional (BAGATELLI et al., 2017b).

No contexto atual de crise pelo qual passam as universidades públicas brasileiras, acarretando sérios

prejuízos na manutenção e nos investimentos no ensino, na pesquisa e na extensão, especialistas com visões distintas sobre o problema apontam diferentes soluções. Em entrevista ao Nexo Jornal (NEXO, 2018), Renato Pedrosa, Coordenador do Laboratório de Estudos em Educação Superior da Unicamp entende que

"no curto prazo, ampliar a eficiência do sistema permitiria manter os níveis de atividade sem precisar ampliar os orçamentos. Além disso, deveriam se buscar soluções de mais longo prazo, ampliando-se a autonomia e concedendo às universidades a possibilidade de obter fundos de outras fontes. Mas isso vai levar algum tempo, portanto conviveremos com essa crise ainda por um bom período, enquanto as universidades aprimoram sua gestão". (NEXO, 2018)

Desde o início dos anos 2000, Dilvo Ristoff, especialista em políticas de avaliação do ensino superior, tem afirmado que as universidades conseguirão sobreviver se tiverem a consciência de que a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão precisa ser garantida em várias dimensões: política, acadêmica e administrativa (RISTOFF, 2000). Para o autor, qualquer concepção que encare uma ou duas destas dimensões como suficientes está fadada ao fracasso. Ainda, Ristoff (2000) defende que a avaliação deve ser concebida como instrumento fundamental para a construção do projeto acadêmico-pedagógico e administrativo capaz de sustentar a resistência a favor da universidade pública.

Entendemos que a autoavaliação pode colaborar com a instituição universidade pública, especialmente nesse quadro agudo de crise pelo qual as universidades passam. Para tanto, necessário se faz retomarmos a questão intrínseca à concepção de avaliação: a educação é um bem público, direito social a ser concebido com qualidade em todos os modelos institucionais, ou é objeto comercializável, que precisa ser crivada para garantir a venda deste produto? É essencial compreender também que determinado resultado poderá ter significações extremamente diferentes, dependendo do contexto, do modelo, da população atendida por uma instituição específica em comparação a outra com características divergentes.

Em razão dessas prioridades, reafirmamos os argumentos de Ristoff (2000) quando diz que a autoavaliação da instituição deve ser compreendida como bem público, direito social e a reivindicação do seu oferecimento de qualidade em todos os espaços disponíveis. A avaliação deve investigar as questões do poder social, educativo, cultural, econômico e político em que uma instituição representa para aquele contexto onde está inserida e para o desenvolvimento daqueles sujeitos que a frequentam (RISTOFF, 2000).

Em suma, avaliar uma instituição é compreender suas finalidades, os projetos, a missão, o clima, as pessoas, as relações sociais, a dinâmica dos trabalhos, a disposição geral, os grupos dominantes e as minorias, os anseios, os conflitos, os valores, as crenças, os princípios, a cultura. Então, é um empreendimento ético e político. Cada instituição tem a sua própria casuística e cada avaliação tem as suas próprias indagações (DIAS SOBRINHO, 2002).

Portanto, a autoavaliação é uma estratégia potencial para que a gestão acadêmica possa se valer para escolhas de caminhos e tomadas de decisão no âmbito dos cursos de graduação. Esse é o ponto que se busca investigar na pesquisa em andamento de doutorado (BAGATELLI, 2017a).

Antes de planejar o trabalho de campo, necessário a realização de pesquisas bibliográficas exploratórias, a partir de 2004, ano em que o SINAES foi instituído. Assim, o presente trabalho tem o escopo de apresentar o resultado de uma revisão sistemática das produções *stricto sensu* realizadas nas Instituições de Ensino Superior brasileiras, constituindo-se em dissertações de Mestrado e teses de Doutorado, sobre a temática da autoavaliação na educação superior, no período de 2004 a 2018.

Ciente que somos que não estamos estudando e nem tampouco escrevendo no vazio, ou numa página em branco, mas em uma história existente, em uma realidade, em um texto cultural que o antecede e sobre o qual pretendemos reescrever. Para isso, recorreremos à Revisão Sistemática (RS) com o intuito de conhecer as pesquisas relacionadas ao tema e buscar apreender o substrato de cada uma delas para, assim, orientar a referida pesquisa de doutoramento.

O artigo está estruturado como segue: após essa introdução, a metodologia da pesquisa é apresentada, com seu protocolo. Na seção 3, os achados desta revisão são comentados, seguidos das considerações finais e referências.

## **2. METODOLOGIA**

A Revisão Sistemática (RS) é uma forma de estudo de revisão que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema. Segundo Sampaio e Mancini (2018), esse tipo de pesquisa disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada.

Para as autoras, a RS é particularmente útil para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados sobre determinado problema, que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes, bem como identificar temas que necessitam de maior evidência ou aprofundamento, auxiliando na orientação para investigações futuras. (SAMPAIO; MANCINI, 2018)

Um estudo de RS reúne trabalhos relevantes sobre uma questão formulada, utilizando o banco de dados da literatura que trata sobre aquela questão como fonte e métodos de identificação, seleção e análises sistemáticos, com intuito de se realizar uma revisão crítica e abrangente da literatura. A sistematização na revisão tem como objetivo evitar vieses que ocorreriam em uma revisão não sistemática.

A abordagem metodológica na qual a RS está inscrita é muito utilizada nas investigações científicas na área da saúde, especialmente na prática clínica dos profissionais dessa área. Recentemente, na área de Educação, essa forma de pesquisa tem sido utilizada em caráter mais exploratório, para definição de temáticas de pesquisa e/ou reorientação de outras investigações já realizadas. (SAMPAIO; MANCINI, 2018)

Para Sampaio e Mancini (2018), a RS requer aplicação de métodos de busca sistematizados e planejados rigorosamente em um protocolo de pesquisa que inclua o seguinte: definição da pergunta; palavras-chave; estratégias de busca; critérios de inclusão e exclusão; busca; aplicação dos critérios na seleção dos trabalhos e justificativa das exclusões; análise e resumo crítico dos estudos incluídos na revisão; e a conclusão.

O protocolo da presente pesquisa foi elaborado seguindo rigorosamente os elementos que requer uma RS, e será relatado a seguir.

## **2.1 Protocolo de Pesquisa da Revisão Sistemática**

A pesquisa de doutorado, em andamento, visa compreender a prática de autoavaliação dos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e sua implicação na gestão acadêmica do curso.

Em se tratando de tema bastante complexo e pujante, especialmente após a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES – Lei nº 10.861, de 14/04/2004), constata-se uma grande gama de trabalhos acadêmicos e científicos tratando dessa temática, o que, de certa forma, nos conduz a recorrer à RS para identificarmos os resíduos concernentes às reflexões dos colegas pesquisadores.

Nesse sentido, optou-se pela elaboração do seguinte protocolo:

1. Definição das perguntas:
2. Como se estabelece a prática de autoavaliação nos cursos de graduação de uma IES Pública?
3. Qual a implicação da autoavaliação na gestão acadêmica do curso?
4. Palavras-chave: Educação Superior. Autoavaliação.
5. Estratégias de busca: definição da base de dados eletrônicos do IBICT (Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia) por meio da BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) que integra e dissemina, em um só portal de busca, os textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. Em se tratando de uma RS para nortear uma pesquisa de doutorado que, pela sua natureza, deve ser realizada com certa densidade, optou-se por buscar apenas trabalhos acadêmicos *stricto sensu* (Mestrados e Doutorados) ofertados por Programas de Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior brasileiras.
6. Critérios de Inclusão: pesquisas realizadas em Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas; período de 2004 a 2018; autoavaliação de curso; curso de graduação; gestão acadêmica ou do curso.
7. Critérios de Exclusão: Instituições de Ensino Superior (IES) Privadas; fora da temporalidade

definida; autoavaliação institucional; fora da temática pesquisada (outro assunto).

8. Realização de um mapeamento em planilha eletrônica de todas as 130 (cento e trinta) Dissertações e 69 (sessenta e nove) Teses encontradas na busca na base da BDTD, caracterizando-as segundo os quesitos: título, resumo, autor (a), área do CNPQ, palavras-chave, instituição, data de publicação e endereço eletrônico para acessar o trabalho.
9. Análise e avaliação de todos os trabalhos acadêmicos captados pela busca na BDTD, com leitura de todos os resumos, palavras-chave e, se necessário, recorrência ao texto, em caso de dúvida.
10. Aplicação dos critérios de “inclusão” e “exclusão”, conforme definidos nos itens “d” e “e”, com justificativas para os trabalhos excluídos.

No caso das 130 (cento e trinta) Dissertações encontradas pelo sistema de busca da BDTD, 127 (cento e vinte e sete) foram excluídas pelos seguintes motivos: 27 (vinte e sete) Dissertações tratavam de Avaliação Institucional, realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) das IES e não precisamente sobre “Avaliação de Curso”, tratada no âmbito do curso de graduação; 98 (noventa e oito) Dissertações com abordagens fora da temática pesquisada e 02 (duas) Dissertações com pesquisas em IES Privadas. Foram incluídas apenas 03 (três) Dissertações, que atendiam aos critérios estabelecidos no item “d”.

Em relação às 69 (sessenta e nove) Teses encontradas na busca da BDTD, 68 (sessenta e oito) Teses foram excluídas: 62 (sessenta e duas) por estarem fora da temática pesquisada; 04 (quatro) por apresentarem estudos sobre Avaliação Institucional e não sobre “Avaliação de Curso” e 02 (duas) por pesquisarem em IES Privadas. Foi incluída apenas 01 Tese por atender prontamente aos critérios definidos no item “d”.

9. Síntese das informações disponibilizadas pelos trabalhos incluídos na RS e conclusão informando os efeitos da intervenção, o que será apresentado na próxima seção.

## **2.2 Achados na Revisão Sistemática (RS)**

Entre os 04 trabalhos acadêmicos de pesquisa *stricto sensu* incluídos na presente RS, destacam-se 03 (três) Dissertações de Mestrado e 01 (uma) Tese de Doutorado, que passaremos a descrever.

A dissertação “Avaliação de um Curso de Licenciatura em Matemática, modalidade a distância, de uma Universidade Pública”, de autoria de Maria Izabel Lage Martins Gomes, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), publicada em 2012 (GOMES, 2012), reporta-se à pesquisa sobre a aplicação de um instrumento de avaliação de curso, com mapeamento das fragilidades e potencialidades para possíveis ações corretivas. No entanto, não toca nas implicações da avaliação junto à gestão acadêmica, em sentido estrito.

Em relação à dissertação “Influências do Sinaes na construção curricular do Curso de Pedagogia”, de Monica de Souza Trevisan, da Universidade de Santa Maria (UFSM), em 2014 (TREVISAN, 2014), a autora busca compreender quais as influências da avaliação desencadeada pelo Sinaes na concepção e reestruturação dos projetos pedagógicos de dois cursos, tomando como foco a avaliação de curso e resultados do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade), com o olhar voltado para reestruturação curricular, sem preocupar-se com a gestão pedagógica do curso.

A última dissertação, intitulada “Proposta metodológica para análise dos resultados de avaliações dos cursos de graduação”, de Alessandra Maria Sudan, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), em 2015 (SUDAN, 2015), a autora desenvolveu uma proposta metodológica para análise dos resultados de processos de avaliação (avaliação institucional, relatórios das comissões externas de avaliação, relatórios do Enade) como forma de subsidiar, em uma perspectiva ampla, a tomada de decisão e, mais especificamente extrair elementos para a reestruturação curricular do projeto pedagógico do curso. Nota-se, no entanto, que não considera a avaliação do curso como fonte geradora de indicadores e, sim, avaliações institucionais (interna e externa) que não abarcam as particularidades do curso.

Dentre as 69 Teses selecionadas pelo comando de busca na BDTD, conforme previsto no Protocolo de Pesquisa da RS, apenas 01 foi incluída: “Avaliação da Educação Superior: condições, processos e efeitos da autoavaliação nos cursos de graduação da UFFPA”, de Débora Alfaia da Cunha, da Universidade de Brasília (UNB), em 2010 (CUNHA, 2010).

O estudo apresentado na tese, analisa as práticas em autoavaliação desenvolvidas pela Universidade

Federal do Pará (UFPA) e seus efeitos em quatro cursos de graduação ofertados por essa instituição. A autora observa que, apesar de sua importância pedagógica, a forma mais individualizada de autoavaliação (avaliação de curso) não demonstrou, durante o trabalho de campo, favorecer a gestão do currículo nos cursos pesquisados, mas que, no entanto, pode possibilitar a construção coletiva de estratégias práticas de resistência e autonomia. O estudo conclui, ainda, que a autoavaliação possui potencialidades formativas importantes. A autora se refere à prática da autoavaliação como potencialidade formativa e gerencial. No entanto, não explorou a questão da gestão dos cursos de graduação em todos os aspectos a ela pertinentes.

### 3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A educação superior, em seu mosaico institucional poderá cumprir sua tão importante missão na medida em que exija constantemente de si mesma a máxima qualidade, o aperfeiçoamento constante e o aprimoramento coletivo, no qual cada sujeito ofereça suas melhores competências, pensando a avaliação como um valioso instrumento contínuo e permanente.

Neste sentido, buscou-se na literatura, referenciais que pudessem embasar o estudo de doutorado em desenvolvimento, dada a relevância da temática no atual contexto de crise pelo qual as universidades vivem.

Retomando às questões problematizadoras do Protocolo de Pesquisa e analisando o substrato da RS, podemos apreender que:

Nas 3 dissertações de Mestrado não ficou evidenciado se há, realmente, prática de autoavaliação estabelecida. Por conseguinte, não há menção à relação da autoavaliação com a gestão do curso.

No entanto, na tese de Doutorado, a autoavaliação de cursos é o próprio objeto da pesquisa cuja prática parece estar estabelecida na UFPA, local da pesquisa. A pesquisadora se refere à importância da autoavaliação como espaço formativo, não obstante tangencia a sua implicação na gestão acadêmica do curso.

Assim, ao ficar mais evidente uma lacuna de pesquisa nesta área, tem-se mais motivação para prosseguir os estudos nesta temática. Todavia, trabalhos futuros ainda são necessários, como a expansão da RS para periódicos eletrônicos indexados, relatórios técnicos publicados por Instituições Federais de Ensino Superior e para eventos da área, ampliando a pesquisa exploratória.

### REFERÊNCIAS

BAGATELLI, E. **A autoavaliação de cursos de graduação de uma universidade pública federal como instrumento de gestão acadêmica**: uma proposição a partir do Sinaes. Projeto de Pesquisa para doutoramento em Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, UFMT, 2017a.

BAGATELLI, E; SAMBRANO, T. M.; MACIEL, C. **Interfaces da avaliação institucional da educação a distância com o plano de desenvolvimento institucional de uma universidade pública**. ESUD: XIV Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância; III Congresso Internacional de Educação Superior a Distância. Rio Grande - RS, 17 a 20 de outubro, 2017b.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes e dá outras providências. Brasília, 2004.

CUNHA, Débora Alfaia da. **Avaliação da Educação Superior: condições, processos e efeitos da autoavaliação nos cursos de graduação da UFPA**. Tese de Doutorado.

<http://repositorio.unb.br/handle/10482/7586> . UNB, 2010.

DIAS SOBRINHO, José. **Campo e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil**. In: FREITAS, Luiz Carlos de (Org.). Avaliação: construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular, 2002.

GOMES, Maria Izabel L. M. **Avaliação de um Curso de Licenciatura em Matemática, modalidade a**

**distância, de uma universidade pública.** Dissertação de Mestrado. <http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/3025> . UFOP, 2012.

NEXO, Jornal. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/02/08/A-cri-se-das-universidades-federais.-E-uma-an%C3%A1lise-sobre-o-problema>. Acesso em 02.jun.2018.

RISTOFF, Dilvo. **Avaliação institucional: pensando princípios.** In: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César. (Org.). Avaliação Institucional: teoria e experiências. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SAMPAIO R., MANCINI M. **Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica.** Rev. Bras. Fisioter [Internet]. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rb?s/v11n1/12.pdf>. Acesso em 01.jun.2018.

SUDAN, Alessandra Maria. **Proposta metodológica para análise dos resultados de avaliações dos cursos de graduação.** Dissertação de Mestrado. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7142>. UFSCAR, 2015.

TREVISAN, Monica de Souza. **Influências do SINAES na construção curricular do curso de Pedagogia.** Dissertação de Mestrado. <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/7128>. UFSM, 2014.